

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	8
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	9
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	10
10.5 - Políticas contábeis críticas	11
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	12
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	13
10.8 - Plano de Negócios	14
10.9 - Outros fatores com influência relevante	15

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Não há riscos de mercado visto que a empresa não se encontra engajada em nenhuma atividade operacional/comercial tampouco tem seus ativos ou passivos atrelados à variação cambial ou de taxa de juros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:
a. riscos para os quais se busca proteção. Não há instrumentos de proteção de riscos.
b. estratégia de proteção patrimonial (hedge). Não se aplica, porquanto o emissor não adota a política de hedge.
c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge). Não há instrumentos.
d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos. Não há parâmetros, porquanto não há instrumentos.
e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos. Não há parâmetros, porquanto não há instrumentos de hedge.
f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos. Não há estrutura organizacional, porquanto não há instrumentos de hedge.
g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada. Não há parâmetros, porquanto não há políticas a serem acompanhadas por controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

A administração da companhia acredita que não houve alterações significativas em relação aos últimos exercícios sociais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

De acordo com o conhecimento da administração, não há outras informações relevantes para o propósito do presente formulário.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia detinha participação de 8,25% no capital social da Southern Electric Brasil Participações Ltda – SEB que foi alienada em 22 de junho de 2010. A Companhia não desenvolve atividades e não gera caixa operacional. A empresa tem como única fonte de recursos o aporte de capital dos acionistas.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. Hipóteses de resgate

Não se aplica, pois não há programa de resgate de ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois não há programa de resgate de ações.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia é um *holding* não operacional e não está em fase de novos investimentos. Suas necessidades de capital de giro são supridas por aporte de capital dos seus acionistas. A Companhia não possui dívidas com terceiros, aí incluídos eventuais débitos fiscais e trabalhistas.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As necessidades de capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes são supridas, quando aplicável, por aportes dos acionistas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem intenção de utilizar financiamentos para cobertura de deficiências de liquidez.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Não se aplica em razão da Companhia não possuir qualquer dívida.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não há contratos celebrados

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há contratos celebrados.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica em razão da Companhia não possuir qualquer dívida.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há restrições impostas à Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não se aplica em razão da Companhia não possuir qualquer dívida.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em R\$ Mil	2011	2010	2009
Ativo Circulante	22	936	28
Ativo Não circulante	13	17	608
Total do Ativo	35	953	636
Passivo circulante	1	850	0
Patrimônio Líquido	34	103	636
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	35	953	636
Receitas (despesas) operacionais:			
Receitas financeiras	48	98	28
Despesas gerais e administrativas	-117	-91	-118
Despesas tributárias	-6	-45	-44
Provisão para perda com créditos tributários	0	-618	
Reversão da provisão para perda com investimento		49.909	
Perda na alienação de investimento		-46.217	
Reversão da provisão de impostos	6		
Lucro (Prejuízo) do Exercício	-69	3.036	-134

O capital social está representado por 176.261.901 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de reforma estatutária, até o limite de 100.000.000 (cem milhões) de ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Os prejuízos do exercício findos em 2009 referem-se principalmente aos gastos para a manutenção da companhia. O Lucro de 2010 resulta da alienação da participação de 8,25% no capital social da Southern Electric Brasil Participações Ltda – SEB.

A Companhia não distribuiu totalmente os dividendos intermediários aumentando assim o passivo circulante.

A Reunião do Conselho de Administração de 29 de janeiro de 2010 deliberou sobre aumento do capital social em R\$ 35, mediante a emissão privada de 8.750.000 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 0,004 por ação, passando o capital social de R\$ 51.398 para R\$ 51.433.

A Assembléia Geral Extraordinária de 21 de maio de 2010 deliberou sobre aumento do capital social em R\$ 20, mediante a emissão privada de 5.555.556 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$0,0036 por ação, passando o capital social de R\$51.433 para R\$51.453.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de Julho de 2010, foram deliberadas:

- (i) Redução do capital social no valor de R\$ 50.762, para absorção do prejuízo acumulado da Companhia, sem cancelamento de ações;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (ii) Levantamento e aprovação de balanço intermediário com data base em 30/06/10, para distribuição de dividendos;
- (iii) Distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 2.964, para os acionistas da Companhia.
- (iv) Redução do capital social no valor de R\$ 660, para restituição em espécie aos acionistas da Companhia, na proporção das participações detidas por cada um deles.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Os diretores devem comentar^{1 2}:****a. Resultados das operações do emissor, em especial:****a. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da Companhia é composta de receitas financeiras.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 totalizou um prejuízo de R\$ 69, resultante da alienação da participação de 8,25% do capital da Southern Electric Brasil Participações Ltda – SEB.

Os resultados dos exercícios findos de 2010 e 2009 totalizaram um lucro de R\$3.036 e um prejuízo do exercício no montante de R\$134 mil respectivamente, influenciados principalmente pelas despesas administrativas da Companhia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não há impactos diretos por não haver atividades operacionais.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não há impactos diretos por não haver atividades operacionais.

¹Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

² Sempre que possível, os diretores devem comentar também neste campo sobre as principais tendências conhecidas, incertezas, compromissos ou eventos que possam ter um efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais do emissor, e em especial, em seu resultado, sua receita, sua lucratividade, e nas condições e disponibilidade de fontes de financiamento.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante no exercício.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Até 22 de junho de 2010 a Companhia detinha participação de 8,25% no capital social da Southern Electric Brasil Participações Ltda – SEB. As demonstrações contábeis da Companhia continham provisão integral para perdas sobre o investimento na SEB, com base no valor patrimonial das ações possuídas, comparado com o valor registrado como investimento. A Administração da Companhia periodicamente avaliava a situação patrimonial da SEB para melhor refleti-la em suas demonstrações contábeis.

Em 22 de junho de 2010 a 524 Participações S.A. alienou a sua participação de 8,25% no capital social da Southern Electric Brasil Participações Ltda – SEB, pelo valor de R\$ 3.691, conforme descrito a seguir:

a) Nos termos do fato relevante da 524 Participações S.A. datado de 13 de novembro de 2009, a emissora celebrou em 12 de Novembro de 2009 um contrato de compra e venda de cotas com a Cayman Energy Traders (CET), para a venda à CET da integralidade das cotas da SEB detidas pela 524 Participações S/A (Quota Purchase and Sale Agreement), pelo valor equivalente em reais a US\$ 2.062.925 (dois milhões, sessenta e dois mil, novecentos e vinte e cinco dólares norte-americano), sob condições suspensivas que deveriam ser implementadas até 30 de abril de 2010.

b) Posteriormente, dado o termo final para cumprimento das condições suspensivas para implementação efetiva da compra e venda de cotas avençadas, conforme acima descrito, em 3 de maio de 2010, a Companhia informou ao mercado sobre o termo aditivo ao Quota Purchase and Sale Agreement firmado em 30 de abril de 2010. Referido termo aditivo tinha único e exclusivo fim de prorrogar para 28 de junho de 2010, o prazo para cumprimento das condições suspensivas que deveriam ser implementadas.

c) Nos termos do fato relevante datado de 17 de junho de 2010, foram atendidas as condições suspensivas para efetivação do Quota Purchase and Sale Agreement. Em 22 de junho de 2010 houve a consumação do Quota Purchase and Sale Agreement.

c. eventos ou operações não usuais

Não existiram eventos ou operações não usuais com efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Os diretores devem comentar¹:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no. 11.638, alterada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essas Leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. A aplicação das referidas Leis são obrigatórias para demonstrações contábeis anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

Estas são as primeiras demonstrações contábeis da Companhia preparadas integralmente de acordo com os CPC's . As principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 foram aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nas demonstrações contábeis comparativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura de 1º de janeiro de 2009 (data de transição).

Conforme Deliberação CVM nº 647/010, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 37 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), os CPC's foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009, sendo que não houve ajustes em relação às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e no balanço patrimonial de abertura " de 1º de janeiro de 2009.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações não trouxeram impactos significativos sobre as demonstrações contábeis da Companhia. As principais alterações foram:

- (i) Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração do Fluxo de Caixa.
- (ii) Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado no conjunto das demonstrações contábeis.
- (iii) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: em linha com a norma internacional, a Companhia classificou os instrumentos financeiros em quatro categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado (destinados à negociação); (b) disponíveis para venda; (c) mantidos até o vencimento; (d) empréstimos e recebíveis.
- (iv) Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas decorrentes de operações de longo prazo e, quando houver efeito relevante, para as outras operações. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía operações ativas e passivas decorrentes de operações de longo prazo que poderiam gerar ajuste a valor presente.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não há ressalvas, limitações de escopo ou mesmo parágrafos de ênfase no parecer do auditor independente.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

1. Disponibilidades

Refere-se ao numerário em conta bancária, com risco insignificante de mudança de valor.

2. Títulos e valores mobiliários

Referem-se a aplicações financeiras de curto prazo mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “pro-rata temporis” até a data do encerramento dos exercícios.

3. Impostos a recuperar

São demonstrados pelos valores de custo atualizados pela taxa Selic, até a data de encerramento dos exercícios.

4. Investimentos

A participação é registrada pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perda.

5. Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

6. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos adotados pela Companhia asseguram grau de eficiência adequado ao porte da mesma para a elaboração de demonstrações financeiras que representam, da melhor forma, a sua situação patrimonial, financeira e econômica, dentro das práticas contábeis exigidas pela legislação em vigor, sendo dessa forma suficientemente confiável para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve qualquer recomendação da auditoria.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar¹:**

Não se aplica em razão do emissor não ter realizado oferta pública nos últimos 5 (cinco) anos.

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica em razão do emissor não ter realizado oferta pública nos últimos 5 (cinco) anos.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica em razão do emissor não ter realizado oferta pública nos últimos 5 (cinco) anos.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica em razão do emissor não ter realizado oferta pública nos últimos 5 (cinco) anos.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando¹:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iv. contratos de construção não terminada**
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**
 - vi. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não possui ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. **como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica em razão da companhia não possuir ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.

- b. **natureza e o propósito da operação**

Não se aplica em razão da companhia não possuir ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.

- c. **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica em razão da companhia não possuir ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.